

Jutahy: Intervenção nas prefeituras é uma ameaça

2 MAI 1980

SALVADOR (O GLOBO) — O senador Jutahy Magalhães (PDS-BA) alertou ontem para a possibilidade de haver intervenção em todos os municípios brasileiros, caso não haja logo um entendimento entre os representantes dos diversos partidos no Congresso.

A intervenção deve ocorrer, segundo o senador, se o Tribunal Superior Eleitoral concluir que o calendário não pode ser cumprido por falta de constituição definitiva dos partidos e de filiação partidária, cujo prazo de encerramento, 15 de maio, "é impossível de ser cumprido".

Jutahy Magalhães disse que tem de ser votada uma lei que prorogue os prazos e dê condições às comissões provisórias de apresentarem candidatos. O senador acha que é indispensável que se resolva a questão do calendário eleitoral o mais rápido possível, "porque os prefeitos estão em estado de perplexidade, sem saber como agir".

NO CONGRESSO

Garante o senador que ao Governo não interessa tomar, sozinho, uma decisão quanto à prorrogação das eleições municipais.

— Sou contra o adiamento das eleições municipais e, se continuar a questão aberta, votarei a favor da manutenção do calendário eleitoral. Porém sou pela obediência partidária. Se houver uma decisão da banca, pela prorrogação, acompanharei os demais parlamentares do PDS.

PARLAMENTARISMO

O Governo, no entender do senador, está capacitado a resolver as dificuldades que enfrenta no momento. São grandes as dificuldades, reconhece ele, "mas não insanáveis". O senador acredita que a adoção de um sistema parlamentarista no Brasil, como sugeriu o Partido Popular, não é correta.

Ele acha, inclusive, que as dificuldades atuais são mais facilmente superadas num regime presidencialista, porque o Governo tem maior poder de decisão nos momentos de crise. No entanto, salientou que o Brasil não enfrenta problemas institucionais e acrescentou que, para qualquer mudança na Constituição, o Congresso tem poder constituinte, "não havendo, pois, necessidade de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte nem da instalação do parlamentarismo".